Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da **Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil,** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A **Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil,** empresa pertencente ao **The Warranty Group**, apresentou, neste exercício de 2016, o montante de R$ 253 milhões de prêmios emitidos líquidos (R$ 230 milhões em dezembro 2015), e Prêmio Ganho de R$ 227 milhões (R$ 241 milhões em dezembro de 2015). O lucro líquido antes dos impostos e participações, auferido no encerramento deste exercício totalizou o montante de R$ 10 milhões (R$ 15 milhões em dezembro de 2015). Os ativos totais da Seguradora representaram R$ 713 milhões em 2016 (R$ 671 milhões em dezembro de 2015).

Declaração de Capacidade Financeira:

Em atenção a Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora apesar de não possuir títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", considera ter capacidade financeira para manter, até os seus respectivos vencimentos, os títulos classificados como "disponível para venda".

Infra-estrutura:

A Seguradora mantém seus investimentos em ferramentas que visam à melhoria da qualidade de sistemas e serviços e a satisfação dos nossos clientes, contando sempre com o conhecimento e apoio de nossa matriz na criação de soluções e produtos adaptados aos conceitos de seguros comercializados no Brasil.

Governança Corporativa:

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa, a Seguradora concentra esforços aperfeiçoando o sistema de controles internos e desenvolvendo novas ferramentas para a melhoria de seus processos operacionais.

Agradecimentos:

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores e segurados pela confiança com a qual fomos distinguidos, às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas e aos nossos profissionais pela colaboração e dedicação prestadas.

Santo André, 22 de fevereiro de 2017.

A Administração

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2016	2015 reapresentado
Ativo			
Circulante		**237.477**	226.691
Disponível	4-c,5	**461**	1.107
Caixa e bancos	4-c,5	**461**	1.107
Aplicações	4-c,6	**60.745**	43.731
Créditos das operações com seguros	4-c	**30.627**	35.235
Prêmios a receber	7-b	**30.101**	34.814
Operações com seguradoras		**526**	421
Outros créditos operacionais		**66**	80
Títulos e créditos a receber	4-c	**5.213**	8.737
Títulos e créditos a receber		**502**	–
Créditos tributários e previdenciários	8	**4.436**	8.458
Outros créditos		**275**	279
Despesas antecipadas	15	**108**	111
Custos de aquisição diferidos	4-c,10	**140.257**	137.690
Seguros		**140.257**	137.690
Ativo não circulante		**475.206**	444.342
Realizável a longo prazo		**375.394**	335.527
Aplicações	4-c,6	**216.102**	191.868
Títulos e créditos a receber	4-c	**42.188**	45.361
Títulos e créditos a receber		**27.436**	27.436
Créditos tributários e previdenciários	8	**10.313**	14.505
Depósitos judiciais e fiscais	13	**4.373**	3.344
Outros créditos operacionais		**66**	76
Despesas antecipadas		**7.406**	**–**
Custos de aquisição diferidos	4-c,10	**109.698**	98.298
Seguros		**109.698**	98.298
Imobilizado	9	**601**	1.108
Bens móveis		**593**	987
Outras imobilizações		**8**	121
Intangível	9	**99.211**	107.707
Outros intangíveis		**99.211**	107.707
Total do ativo		**712.683**	671.033

	Nota explicativa	2016	2015 reapresentado
Passivo			
Circulante		**283.409**	280.095
Contas a pagar	4-c	**30.829**	30.122
Obrigações a pagar	14	**16.368**	17.205
Impostos e encargos sociais a recolher		**3.371**	3.640
Encargos trabalhistas		**1.759**	1.278
Impostos e contribuições	12	**831**	999
Outras contas a pagar		**8.500**	7.000
Débitos de operações com seguros	4-c	**19.832**	21.064
Prêmios a restituir		**1.130**	690
Corretores de seguros		**18.702**	20.374
Depósitos de terceiros	4-c	**11**	14
Provisões técnicas – seguros	4-c,10	**232.737**	228.895
Danos		**229.030**	224.826
Pessoas		**3.707**	4.069
Passivo não circulante		**189.337**	162.505
Contas a pagar	4-c	**6.888**	67
Obrigações a pagar	14	**2.789**	67
Tributos diferidos	8	**4.099**	**–**
Provisões técnicas – seguros	4-c,10	**176.932**	157.705
Danos		**176.058**	155.543
Pessoas		**874**	2.162
Outros débitos		**5.517**	4.733
Provisões judiciais	13	**5.517**	4.733
Patrimônio líquido	15	**239.937**	228.433
Capital social	15	**127.389**	116.668
Aumento de capital (em aprovação)		**–**	10.721
Reservas de lucros	15	**107.641**	108.917
Ajustes de avaliação patrimonial		**4.907**	(7.873)
Total do passivo		**712.683**	671.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

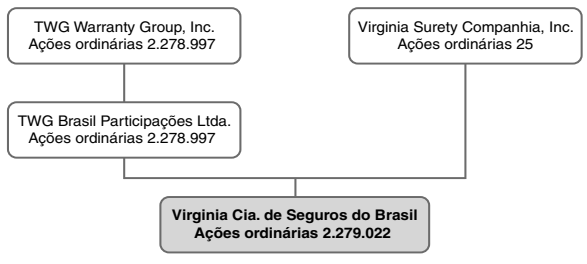
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 Dezembro de 2014	107.996	–	5.325	101.194	(3.462)	–	211.053
Aumento de capital	–	8.672	–	–	–	–	8.672
Aumento de capital conforme Portaria Susep nº 227 de 12/08/2015	8.672	(8.672)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em aprovação	–	10.721	–	–	–	–	10.721
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(4.411)	–	(4.411)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.011	15.011
Reserva legal	–	–	120	–	–	(120)	–
Reservas estatutárias	–	–	–	2.278	–	(2.278)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(12.613)	(12.613)
Saldo em 31 Dezembro de 2015	116.668	10.721	5.445	103.472	(7.873)	–	228.433
Aumento de capital conforme Portaria Susep nº 1.328 de 29/03/2016	10.721	(10.721)	–	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	12.780	–	12.780
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	10.398	10.398
Reserva legal	–	–	521	–	–	(521)	–
Reservas estatutárias	–	–	–	(1.797)	–	1.797	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(11.674)	(11.674)
Saldo em 31 Dezembro de 2016	127.389	–	5.966	101.675	4.907	–	239.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstração Financeiras 31 de dezembro de 2016 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil (doravante designada "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de novembro de 1999, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Pereira Barreto, 1395 – 2º ao 4º andares – Torre Sul, Bairro Paraíso, Santo André, Estado de São Paulo – e é subsidiária da TWG Warranty Group, Inc. A Seguradora opera em seguros de pessoas e ramos elementares, especificamente nos ramos Prestamista, Extensão de Garantia e Riscos Diversos, operando em todo o território nacional. Em 21 de março de 2014, a Onex Corporation, empresa controladora da The Warranty Group Inc., anunciou acordo de venda de sua controlada para uma empresa afiliada ao grupo TPG Capital, concluída em julho de 2014. Esta transação foi aprovada pela Portaria SUSEP nº 6.082 de 18 de novembro de 2014. Em 28 de dezembro de 2015, a TWG Brasil Partipações Ltda, tornou-se controladora da Virginia Surety Companhia de Seguros dos Brasil, comprando a totalidade das ações da TWG Warranty Group Inc. Abaixo demostramos a composição acionária da Seguradora:



As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas para divulgação de acordo com a resolução dos membros da diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Em 24 de novembro de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 521 alterando parcialmente a Circular nº 517 em relação ao capítulo II – Gestão de Riscos. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 com as alterações vigentes na Circular nº 521/15 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 26 e da Circular SUSEP nº 517/15. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 com o período findo imediatamente precedente, ou seja: 31 de dezembro de 2015. Para fins de comparabilidade, foi realizada a reclassificação de intangível para títulos e créditos a receber, em virtude do encerramento do contrato de exclusividade do canal de venda com um representante de seguros, uma vez que sua realização não será mais pela exploração do canal de vendas, mas sim pelo recebimento do montante já adiantado a contraparte. Devido a inviabilidade financeira da contraparte em honrar com suas obrigações, que se encontra em recuperação judicial, a Seguradora solicitou a execução da fiança bancária. Adicionalmente, ocorreu a reclassificação da Provisão de Sinistro a Liquidar Judicial de curto prazo para longo prazo; as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2015, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

	2015		
Ativo	Saldos apresentados	Reclassificações	Saldos reapresentados
Circulante	226.691	–	226.691
Disponível	1.107	–	1.107
Caixa e bancos	1.107	–	1.107
Aplicações	43.731	–	43.731
Créditos das operações com seguros	35.235	–	35.235
Prêmios a receber	34.814	–	34.814
Operações com seguradoras	421	–	421
Outros créditos operacionais	80	–	80
Títulos e créditos a receber	8.737	–	8.737
Créditos tributários e previdenciários	8.458	–	8.458
Outros créditos	279	–	279
Despesas antecipadas	111	–	111
Custos de aquisição diferidos	137.690	–	137.690
Seguros	137.690	–	137.690
Ativo não circulante	444.342	–	444.342
Realizável a longo prazo	308.091	27.436	335.527
Aplicações	191.868	–	191.868
Títulos e créditos a receber	17.925	27.436	45.361
Títulos e créditos a receber	–	27.436	27.436
Créditos tributários e previdenciários	14.505	–	14.505
Depósitos judiciais e fiscais	3.344	–	3.344
Outros créditos operacionais	76	–	76
Custos de aquisição diferidos	98.298	–	98.298
Seguros	98.298	–	98.298
Imobilizado	1.108	–	1.108
Bens móveis	987	–	987
Outras imobilizações	121	–	121
Intangível	135.143	(27.436)	107.707
Outros intangíveis	135.143	(27.436)	107.707
Total do ativo	**671.033**	**–**	**671.033**

	2015		
Passivo	Saldos apresentados	Reclassificações	Saldos reapresentados
Circulante	282.892	(2.797)	280.095
Contas a pagar	30.122	–	30.122
Obrigações a pagar	17.205	–	17.205
Impostos e encargos sociais a recolher	3.640	–	3.640
Encargos trabalhistas	1.278	–	1.278
Impostos e contribuições	999	–	999
Outras contas a pagar	7.000	–	7.000
Débitos de operações com seguros	21.064	–	21.064
Prêmios a restituir	690	–	690
Corretores de seguros	20.374	–	20.374
Depósitos de terceiros	14	–	14
Provisões técnicas – seguros	231.692	(2.797)	228.895
Danos	225.976	(1.150)	224.826
Pessoas	5.716	(1.647)	4.069
Passivo não circulante	159.708	2.797	162.505
Contas a pagar	67	–	67
Obrigações a pagar	67	–	67
Provisões técnicas – seguros	154.908	2.797	157.705
Danos	154.393	1.150	155.543
Pessoas	515	1.647	2.162
Outros débitos	4.733	–	4.733
Provisões judiciais	4.733	–	4.733
Patrimônio líquido	228.433	–	228.433
Capital social	116.668	–	116.668
Aumento de capital (em aprovação)	10.721	–	10.721
Reservas de lucros	108.917	–	108.917
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.873)	–	(7.873)
Total do passivo	**671.033**	**–**	**671.033**

2.3. Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. Conforme permitido pelo CPC 11 – Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superinten-

continua …

Demonstrações do Resultado – 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2016	2015
Prêmios emitidos	4-a,17-a	**252.561**	229.858
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	17-b	**(25.458)**	10.851
(=) Prêmios ganhos	16	**227.103**	240.709
(-) Sinistros ocorridos	17-c	**(33.679)**	(34.671)
(-) Custo de aquisição	17-d	**(142.046)**	(146.445)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	17-e	**(20.240)**	(22.383)
(-) Despesas administrativas	17-f	**(40.704)**	(35.543)
(-) Despesas com tributos	17-g	**(12.148)**	(12.490)
(+) Resultado financeiro	17-h	**31.328**	26.479
(=) Resultado operacional		**9.614**	15.656
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**63**	76
(=) Resultado antes dos impostos e participações	18	**9.677**	15.732
(-) Imposto de renda	18	**676**	(675)
(-) Contribuição social	18	**646**	366
(-) Participações sobre o lucro	18,21	**(601)**	(412)
(=) Lucro líquido	15-d	**10.398**	15.011
(/) Quantidade de ações	15-d	**2.279.022**	2.279.022
(=) Lucro líquido por ação – R$	15-d	**4,56**	6,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Lucro do exercício		**10.398**	15.011
Ajustes com títulos e valores mobiliários	6-c	**23.233**	(8.544)
Imposto de renda e contribuição social sobre componentes de outras receitas abrangentes	8	**(10.453)**	4.133
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		**12.780**	(4.411)
Total de receitas abrangentes do exercício, líquidas de impostos		**23.178**	10.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto 31 de dezembro de 2016 e 2015 *(Em milhares de reais)*

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**10.398**	15.011
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	**11.211**	19.607
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	**1.612**	230
Ajuste de avaliação patrimonial	**12.780**	(4.411)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(116)**	**–**
Tributos diferidos	**2.130**	275
	27.617	15.701
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	**(41.248)**	51.393
Crédito das operações de seguros	**4.737**	5.173
Créditos fiscais e previdenciários	**5.597**	(9.614)
Depósitos judiciais e fiscais	**(1.030)**	(1.199)
Despesas antecipadas	**(7.401)**	47
Custos de aquisição diferidos	**(13.968)**	1.542
Outras contas a pagar	**3.865**	1.168
Impostos e contribuições	**3.662**	(2.176)
Débitos das operações com seguros	**(1.232)**	(3.640)
Depósitos de terceiros	**(3)**	10
Provisão técnicas – seguros	**23.069**	(11.008)
Provisões judiciais	**785**	121
Caixa gerado nas atividades operacionais	**14.848**	62.529
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	**(135)**	(169)
Intangível	**(3.685)**	(68.326)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.820)**	(68.495)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	19.393
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	**(11.674)**	(12.613)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(11.674)**	6.780
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(646)**	814
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do exercício	**1.107**	293
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**461**	1.107
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(646)**	814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:57.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

… continuação das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

dência de Seguros Privados (SUSEP). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, a avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos. **2.4. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera e arredondados em milhares (R$ 000),exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As estimativas são estabelecidas a partir de julgamentos e estudos referentes a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir das estimativas iniciais em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas são revistas pelo menos a cada data de balanço. **2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e se utiliza de estimativas é na constituição dos passivos de seguros que envolvem diversas incertezas. A Seguradora se utiliza de diversas formas de avaliação que podem influenciar a tomada de decisão sobre a melhor estimativa do valor de liquidação dos sinistros. Os valores provisionados podem diferir dos valores a serem pagos posteriormente.(Vide nota explicativa 13). Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas: O processo utilizado pela Administração para a contabilização e constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status ou instância de julgamento de cada caso específico. (Vide nota explicativa 13). Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente, por ocasião da publicação de balanço. (Vide nota explicativa 7-c). Estimativas utilizadas para cálculo dos créditos tributários: Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização. (Vide nota explicativa 8). Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. (Vide nota explicativa 6). **2.7. Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado; b) Apuração do resultado operacional: Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras quando aplicável. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA). As operações de cosseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com as congêneres. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços; c) Ativos financeiros: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes: i. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. *Determinação do valor justo:* O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia. ii. *Títulos mantidos até o vencimento:* Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. iii. *Títulos disponíveis para venda:* Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável. d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo, é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada com base na Circular SUSEP nº 517/15 – Artigo 168 – § 1º que determina a provisão para redução ao valor recuperável dos prêmios a receber vencidos a mais de 60 dias, com adição da totalidade dos valores a receber referente a mesma contraparte. e) Custos de aquisição diferidos: Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas serão ganhas. f) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda: Os ativos imobilizados são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e, quando aplicável, redução pelo seu valor recuperável. Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados em cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a
Outras Imobilizações	5 anos	20% a.a

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. g) Ativo intangível: Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos. A Seguradora realiza a compra de exclusividade do canal de venda para estipulantes comercializarem seus produtos. Estes contratos estão sendo contabilizados pela Seguradora em conformidade com o Pronunciamento técnico CPC 04 – Ativo Intangível. A parcela de comissões atribuível à emissão de contratos é amortizada ao longo do período em que as respectivas receitas são ganhas. Contratos de seguros: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento técnico CPC 11 – Contratos de seguros. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, por meio da Circular nº 517/15, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. h) Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil ("leasing") são classificados em dois grandes grupos: "leasing" operacional e "leasing" financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 – Operação de Arrendamento Mercantil, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. Arrendamentos Operacionais: A Seguradora possui contrato de aluguel de andares na torre sul do Centro Empresarial Pereira Barreto em Santo André-SP, onde mantém sua sede administrativa. A Seguradora, como arrendatária, determinou com base na avaliação dos termos e condições do contrato firmado, que não retém todos os riscos e benefícios associados à posse do imóvel e, portanto, contabiliza as operações como arrendamento operacional. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. O valor da despesa com operações de arrendamento operacional de imóveis está apresentado na demonstração do resultado na rubrica "Despesa administrativa – localização e funcionamento" (Vide Nota Explicativa nº 17-f). i) Passivo circulante e não circulante: Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pró-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras. j) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R$ 240; e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 06 de outubro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.169/15, alterando a alíquota da CSLL de 15% para 20% no período de 01/09/2015 à 31/12/2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. k) Avaliação de passivos originados de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, e são assim resumidas: i. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* A PPNG é constituída pela parcela de prêmio e das despesas de comercialização, líquidas de cosseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pró-rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A PPNG passou a considerar como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o inicio de vigência do risco, seguindo as definições contidas na Circular SUSEP nº 517/15. ii. *Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG – RVNE):* A PPNG-RVNE, para os ramos 0195 e 0524 é calculada por método estatístico que se utiliza de triângulos de "run-off" dos prêmios retidos dessas carteiras da Seguradora e o intervalo médio de tempo transcorrido entre o inicio de vigência do seguro e a data de emissão da apólice. Para os demais ramos a Seguradora utiliza a metodologia estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/15. iii. *Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):* A PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão de sinistros a liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores a pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso. A provisão de sinistros a liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Seguradora, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial. Os critérios utilizados para classificação das probabilidades de perdas das ações judiciais são: Dano Material – Run-Off e Consumeristas: • 25% – remoto • 50% – possível • 100% – provável; Dano Moral – Run-Off: • 0% – remoto • 0% – possível • 20% – provável; Dano Moral – Consumeristas: • 0% – remoto • 0% – possível • 100% – sobre o montante de 20% do valor pleiteado pelo autor da ação – provável; Demais Processos – aplicação da CPC 25: • 0% – remoto • 0% – possível • 100% – provável. iv. *Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):* Para os ramos de garantia estendida – automóveis e extensão de garantia patrimonial a IBNR é calculada de acordo com a metodologia prevista em nota técnica atuarial. Para os ramos prestamista, acidentes pessoais e riscos diversos o cálculo foi realizado segundo o disposto na Circular SUSEP nº 517/15. O cálculo para o ramo 93 vida em grupo, que é uma carteira em "run-off", é efetuado através de um estudo técnico elaborado por atuário externo, com base no histórico de sinistros avisados, até a data das demonstrações financeiras. v. *Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER):* O IBNER é um ajuste agregado dos sinistros avisados e não pagos. Após análise dos fluxos de avisos e pagamentos de sinistro efetuados pela Seguradora, realizada através de metodologia estatística de triângulos de "run-off", a Seguradora não identificou a necessidade de constituição desta provisão. vi. *Custos Iniciais de Contratação:* Conforme Circular nº 517/15, a Seguradora pode constituir em conta redutora da PPNG a recuperação dos custos iniciais de contratação (CIC). A Seguradora optou em não constituir essa provisão no período. vii. *Provisão Complementar de Cobertura (PCC)*: Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. viii. *Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)*: Deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos as despesas relacionadas a sinistros. l) Teste de adequação dos passivos – TAP (LAT – Liability Adequacy Test): Em conformidade com as disposições da Circular SUSEP nº 517, de julho de 2015, a Seguradora realizou o teste de adequação dos passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016. O teste foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data base de 31 de dezembro de 2016. A Seguradora não possui contratos de resseguro. As projeções abrangem as provisões existentes na mesma data base, despesas administrativas e relacionadas aos sinistros, além dos impostos. As premissas de sinistralidade, despesas e prêmios futuros adotadas no teste tem como base as informações históricas da Seguradora. Os percentuais de sinistralidade adotados estão demonstrados abaixo:

Ramos	Sinistralidade:
0171	8,36%
0195	15,23%
0524	8,36%
0977	6,79%
1377	6,79%

As estimativas de fluxos de caixa estão em valores nominais e as taxas de desconto utilizadas encontram-se na ETTJ livre de risco pré-fixada estabelecida pela SUSEP na posição em 31 de dezembro de 2016. Após análise atuarial com referência a data base, verificou-se que não há necessidade de constituição de uma provisão complementar de cobertura (PCC). m) Benefícios aos empregados: i. *Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados, são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. *Obrigações por aposentadorias:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Itaú Previdência S.A. e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados aos empregados. iii. *Benefícios pós-emprego:* A Seguradora realizou um detalhado estudo, no qual foram projetados os custos do plano de saúde, oferecido pela Seguradora, até sua extinção. A projeção foi dividida em dois momentos: (1) durante o período de vínculo empregatício; e (2) após o desligamento da empresa, incluindo aposentadoria. Após a realização do estudo, foi constatada a necessidade de constituição de reserva, que foi registrada na rubrica "Passivo não circulante – contas a pagar". n) Outras provisões e passivos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento técnico CPC 25, com exceção das contigências relacionados a sinistros em que a Seguradora segue as estimativas conforme previsto no CPC 11 e Circular SUSEP nº 517/15. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. o) Avaliação de ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. p) Resultado por ação: O resultado do exercício de 2016 é de lucro de R$ 10.398 (Lucro de R$ 15.011 em dezembro de 2015), obtendo um lucro líquido por ação de R$ 4,56 (Lucro de R$ 6,59 em dezembro de 2015).

4. Política de gerenciamento de riscos – A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: Risco de Seguro, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Capital. *Estrutura de Gerenciamento de Riscos*: O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas da Seguradora, dentro do conceito de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos, auditoria interna e compliance, que tem o objetivo de assegurar que as diretrizes da matriz sejam cumpridas em consonância com os requerimentos do órgão regulador. a) Risco de Seguro: O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e todos os pagamentos efetivos de despesas relacionadas com sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela taxa de sinistralidade, frequência e severidade (custo médio) dos sinistros. Assim, o objetivo da Seguradora é o de assegurar a disponibilidade de provisões suficientes para cobrir esses passivos. Neste contexto, as provisões técnicas são parte integrante e indispensável do mecanismo do seguro, sendo constituídas mensalmente pela Seguradora. Em vista da natureza das várias modalidades de operações da Seguradora, as provisões técnicas não são todas da mesma natureza, mas tem como principal objetivo a garantia da estabilidade econômico-financeira da Seguradora. Os riscos de apólices de seguro dos ramos elementares perduram, em geral, por vinte e um meses e os riscos mais significativos referem-se à garantia estendida patrimonial, compreendendo o seguro de garantia estendida para bens eletroeletrônicos em geral, portáteis e similares. Para contratos de seguro de pessoas, os riscos mais significativos resultam de contratos de seguro prestamista, onde é garantido o pagamento total ou parcial da dívida no caso de ocorrência do evento coberto. A variabilidade de riscos é melhorada por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, onde o processo de precificação é realizado baseado em análise técnica de rentabilidade, considerando parâmetros pré-fixados aplicados à tarifação definida pela Seguradora. *Principais premissas*: A principal premissa relativa às estimativas de passivos toma como parâmetro inicial se a evolução de sinistros futuros da Seguradora seguirá um padrão semelhante ao dos sinistros passados. Isso posto, são abordadas premissas relativas a: • Custo médio de sinistros; • Custo de tratamento de sinistros, contemplando todas as despesas relacionadas para a regulação e liquidação do sinistro; e • Fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período. Julgamentos qualitativos adicionais são necessários para avaliar a extensão em que tendências passadas possam não mais se aplicar no futuro, por exemplo: ocorrência única de um evento, mudanças nos fatores de mercado

continua …

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:57.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

… continuação das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

(como comportamento do público em relação à reclamação de indenizações), condições econômicas, composição de carteira, distribuição regional, perfil de consumidores e produtos, condições específicas de apólice e procedimentos de tratamento de sinistros. Julgamentos técnicos são também empregados para avaliar a extensão em que os fatores externos, como decisões judiciais e legislação governamental, afetam estas estimativas. Outras importantes circunstâncias que afetam a confiabilidade de premissas incluem, por exemplo, a variação nas taxas de juros e os atrasos de liquidação de sinistros. São definidas, sempre que necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões e a revisão dos procedimentos de cálculo para tomada de decisão. Essas medidas contribuem para manter as provisões técnicas em níveis adequados. Além desses controles, a Seguradora dispõe de modelos atuariais internos para apurar o capital econômico, por causa dos riscos de crédito e subscrição. Esses modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permitem uma gestão mais eficaz do risco, uma vez que possibilitam quantificar os ganhos ou as perdas na adoção de novos planos de ação para controlar ou mitigar os riscos de subscrição. Os modelos atuariais produzem resultados para avaliar os riscos de subscrição e crédito, e são estruturados de forma a mensurar tanto os riscos de precificação quanto o risco de erro na constituição das provisões técnicas. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Grupo de Ramos *

	2016							
	Patrimonial		**Automóveis**		**Pessoas**		**Total**	
Ramo (%) Cart	**95%**	**%**	**2%**	**%**	**3%**	**%**	**100%**	**%**
Região Geográfica								
Centro – Oeste	12.085	5%	192	4%	–	0%	12.277	5%
Nordeste	83.028	34%	174	4%	35	1%	83.237	33%
Norte	8.794	4%	1.412	30%	167	2%	10.373	4%
Sudeste	117.404	49%	2.888	62%	1	0%	120.293	48%
Sul	19.500	8%	14	0%	6.867	97%	26.381	10%
Total	**240.811**		**4.680**		**7.070**		**252.561**	

	2015							
	Patrimonial		**Automóveis**		**Pessoas**		**Total**	
Ramo (%) Cart	**95%**	**%**	**2%**	**%**	**3%**	**%**	**100%**	**%**
Região Geográfica								
Centro – Oeste	11.761	5%	72	1%	–	0%	11.833	5%
Nordeste	78.806	36%	768	14%	316	5%	79.890	35%
Norte	8.482	4%	1.493	26%	38	1%	10.013	4%
Sudeste	104.792	48%	3.245	58%	31	1%	108.068	47%
Sul	14.537	7%	35	1%	5.482	93%	20.054	9%
Total	**218.378**		**5.613**		**5.867**		**229.858**	

** Os grupos de ramos são compostos por: Patrimonial : 0171 – Riscos Diversos e 0195 – Extensão de Garantia Patrimonial, Automóveis: 0542 – Assistência e Outras Coberturas e 0524 – Extensão Garantia Automóveis. Pessoas: 0977 – Prestamista e 1377 – Prestamista Individual.*

b) Análise de sensibilidade: Para mensuração de impactos dos riscos de seguro são realizados testes de sensibilidade. A tabela a seguir apresenta o impacto gerado pelas análises de sensibilidade do modelo, tanto contra o resultado acumulado do ano, quanto sobre o Patrimônio Líquido Ajustado. Os impactos produzidos tanto com o aumento da sinistralidade quanto com o aumento da despesa administrativa estão demonstrados a seguir:

Grupo de Ramos **

Teste de Sensibilidade	2016			
	Grupo	**Passivo**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no PLA**
Aumento de 5% na sinistralidade	Danos	(1.711)	(16,45%)	(1,20%)
	Pessoas	(27)	(0,26%)	(0,02%)
Aumento de 5% DA	Danos	(1.972)	(18,97%)	(1,39%)
	Pessoas	(63)	(0,61%)	(0,04%)

Para efeito de comparação, reproduzimos abaixo o mesmo teste publicado em dezembro de 2015:

Grupo de Ramos **

Teste de Sensibilidade	2015			
	Grupo	**Passivo**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no PLA**
Aumento de 5% na sinistralidade	Danos	(1.596)	(66,55%)	(0,70%)
	Pessoas	(9)	(0,36%)	–
Aumento de 5% DA	Danos	(810)	(33,78%)	(0,35%)
	Pessoas	(15)	(0,63%)	(0,01%)

*** Os grupos de ramos são compostos por: Patrimonial : 0171 – Riscos Diversos e 0195 – Extensão de Garantia Patrimonial, Automóveis: 0542 – Assistência e Outras Coberturas e 0524 – Extensão Garantia Automóveis. Pessoas: 0977 – Prestamista e 1377 – Prestamista Individual.*

c) Risco financeiro: i. *Risco de crédito*: A Seguradora baseia-se na Circular nº 517/15 para constituição da redução ao valor recuperável conforme nota explicativa 3-d, e procedimentos que visam mitigar sua exposição ao risco de crédito. O risco de crédito atribuído aos saldos de segurados incorridos a partir da falta de pagamento de prêmios somente perdurará durante o prazo de carência especificado na apólice até o vencimento, quando a apólice de seguros será paga ou liquidada. A avaliação do risco pelo vencimento das apólices é apresentado na nota explicativa 7-c. A Seguradora também adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos públicos federais, ou em fundos de renda fixa compostos por 100% de títulos públicos federais. Desta forma a única exposição ao risco de crédito nos investimentos é o risco sistêmico do país. Em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as avaliações de risco das Agências de Classificação de Risco de Crédito, reconhecidas internacionalmente, 100% da carteira de investimento está classificada com o "rating BB" (parâmetros de proteção adequado).

	Rating	
Classificação do Título	**2016**	**2015**
Títulos disponíveis para venda		
LTN	BB	BBB-
NTN-B	BB	BBB-
NTN-F	BB	BBB-
Fundos de investimentos – Abertos	BB	BBB-
Títulos de capitalização	Sem rating	Sem rating

ii. *Risco de liquidez*

A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

	2016			2015 reapresentado
Ativos financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**	**Valor contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda	60.745	216.102	276.847	235.599
Caixa e equivalentes de caixa	461	–	461	1.107
Crédito das operações de seguros	30.627	–	30.627	35.235
Títulos e créditos a receber	777	31.875	32.652	54.098
Total de ativos financeiros	**92.610**	**247.977**	**340.587**	**326.039**
Passivos Financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**	**Valor contábil**
Débitos de operações de seguros	19.832	–	19.832	21.064
Depósitos de terceiros	11	–	11	14
Contas a pagar e outros valores a pagar	30.829	2.789	33.618	30.189
Total de passivos financeiros	**50.672**	**2.789**	**53.461**	**51.267**

Gerenciamento do risco de liquidez: É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Apesar dos ativos financeiros de curto prazo apresentarem saldo inferior aos passivos financeiros de curto prazo, a Seguradora possui investimentos classificados como "Disponíveis para venda", que podem ser resgatados quando necessário, visando mitigar a exposição da companhia ao risco de liquidez. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A Administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. *iii. Risco de mercado*: O risco de mercado compreende duas modalidades de risco: Taxa de câmbio (risco de moeda) e taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros). – *Risco de taxa de câmbio:* As transações da Seguradora são realizadas em Reais, portanto ela não está exposta ao risco de moeda. – *Risco de taxa de juros de mercado:* Os instrumentos de renda fixa expõem a Seguradora ao risco de juros a valor justo. A política adotada pela Seguradora considera que os investimentos disponíveis para venda e sua contabilização pela curva, minimiza o efeito de possíveis variações da taxa de juros no resultado. *Sensibilidade as taxas de juros*: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, através das metodologias de cálculo do Preço Unitário de cada tipo de ativo. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, foi possível calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Seguradora e, consequentemente, o impacto no lucro antes dos impostos e no patrimônio líquido. Por apontarmos a valorização destes ativos pela curva, não identificamos variações no lucro antes dos impostos, haja vista que as variações de taxa de juros e mercado afetarão somente o cálculo do ajuste a variação de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido.

		Impacto sobre o Patrimônio Líquido	
Classe de ativo	**Variação das premissas**	**2016**	**2015**
Ativos pré fixados – Públicos	Aumento de 1pp na taxa SELIC	(7.672)	2.143
Ativos pré fixados – Públicos	Redução de 1pp na taxa SELIC	(2.054)	3.275
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 1pp na taxa SELIC	(28)	134
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 1pp na taxa SELIC	88	755

iv. Gerenciamento de capital: O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido conforme a Resolução CNSP nº 343/16. Nos termos da Resolução CNSP nº 343/16 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras, equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito e operacional). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na nota explicativa 15-e, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5. Disponível

	2016	**2015**
Caixa	**3**	5
Banco	**458**	1.102
Total de caixa e equivalentes de caixa	**461**	1.107

Em 31 de dezembro de 2016 a Seguradora não detinha nenhum item de caixa e equivalentes de caixa classificado como "caixa restrito", ou dado como garantia a terceiros.

6. Aplicações

a) Composição dos títulos e valores mobiliários: A carteira de aplicações da Seguradora é composta de acordo com a tabela abaixo:

	2016					
Classificação do Título	**Valor Mercado**	**Valor Curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**	**Juros**
Títulos disponíveis para venda						
LTN	5.086	5.087	(1)	2%	PRE	13%
LTN	5.561	5.561	–	2%	PRE	13%
LTN	11.668	11.636	32	4%	PRE	12%
LTN	16.833	16.562	271	6%	PRE	12%
Total LTN	**39.148**	**38.846**	**302**		**PRE**	
NTN-B	7.229	7.282	(53)	3%	IPCA	5%
Total NTN-B	**7.229**	**7.282**	**(53)**		**IPCA**	
NTN-F	1.618	1.588	30	1%	PRE	12%
NTN-F	4.973	5.103	(130)	2%	PRE	8%
NTN-F	7.900	7.512	388	3%	PRE	13%
NTN-F	7.990	7.890	100	3%	PRE	12%
NTN-F	13.901	13.255	646	5%	PRE	13%
NTN-F	14.997	14.075	922	5%	PRE	13%
NTN-F	15.647	14.205	1.442	6%	PRE	14%
NTN-F	18.810	15.084	3.726	7%	PRE	16%
NTN-F	16.322	16.325	(3)	6%	PRE	8%
NTN-F	20.722	20.539	183	7%	PRE	13%
NTN-F	31.448	31.449	(1)	11%	PRE	12%
NTN-F	33.862	33.503	359	12%	PRE	13%
NTN-F	39.951	38.942	1.009	14%	PRE	12%
Total NTN-F	**228.141**	**219.470**	**8.671**		**PRE**	
Fundos de investimentos – Abertos	2.303	2.303	–	1%	N/A	
Titulos de capitalização	26	26	–	0%	N/A	
Total	**276.847**	**267.927**	**8.920**	**100%**		
Circulante	**60.745**					
Não Circulante	**216.102**					

	2015					
Classificação do Título	**Valor Mercado**	**Valor Curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**	**Juros**
Títulos disponíveis para venda						
LTN	9.600	10.410	(810)	4%	PRE	12%
LTN	17.276	17.778	(502)	8%	PRE	13%
LTN	17.276	17.778	(502)	8%	PRE	13%
LTN	9.695	9.695	–	4%	PRE	11%
LTN	12.311	12.461	(150)	5%	PRE	12%
Total LTN	**66.158**	**68.122**	**(1.964)**		**PRE**	
NTN-B	12.469	12.653	(184)	6%	IPCA	3%
NTN-B	6.637	6.867	(230)	3%	IPCA	5%
Total NTN-B	**19.106**	**19.520**	**(414)**		**IPCA**	
NTN-F	15.572	16.568	(996)	7%	PRE	8%
NTN-F	4.562	5.165	(603)	2%	PRE	8%
NTN-F	1.351	1.571	(220)	1%	PRE	12%
NTN-F	30.004	30.847	(843)	13%	PRE	12%
NTN-F	19.009	20.142	(1.133)	8%	PRE	13%
NTN-F	33.350	38.476	(5.126)	15%	PRE	12%
NTN-F	31.063	32.802	(1.739)	14%	PRE	13%
NTN-F	6.168	7.443	(1.275)	3%	PRE	13%
Total NTN-F	**141.079**	**153.014**	**(11.935)**		**PRE**	
Fundos de investimentos – Abertos	9.251	9.251	–	0%	N/A	
Títulos de capitalização	5	5	–	0%	N/A	
Total	**235.599**	**249.912**	**(14.313)**	**100%**		
Circulante	**43.731**					
Não Circulante	**191.868**					

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos, nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. b) Estimativa de valor justo: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios: • *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • *Nível 2:* inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • *Nível 3:* inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

		2016						
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
LTN	1	10.647	–	–	28.501	39.148	38.846	302
NTN-B	1	–	–	–	7.229	7.229	7.282	(53)
NTN-F	1	47.769	–	–	180.372	228.141	219.470	8.671
Fundos de Investimento – Abertos	1	2.303	–	–	–	2.303	2.303	–
Título de Capitalização	N/A	26	–	–	–	26	26	–
Total		**60.745**	**–**	**–**	**216.102**	**276.847**	**267.927**	**8.920**

		2015						
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
LTN	1	9.695	–	12.311	44.152	66.158	68.122	(1.964)
NTN-B	1	–	–	12.469	6.637	19.106	19.520	(414)
NTN-F	1	–	–	–	141.079	141.079	153.014	(11.935)
Fundos de Investimento – Abertos	1	9.251	–	–	–	9.251	9.251	–
Título de Capitalização	N/A	5	–	–	–	5	5	–
Total		**18.951**	**–**	**24.780**	**191.868**	**235.599**	**249.912**	**(14.313)**

c) Movimentação das aplicações financeiras: Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Disponíveis para venda	**Saldo em 2015**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos/ Resultado na Venda**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2016**
LTN	66.157	16.000	(49.333)	4.058	2.266	39.148
NTN-B	19.106	–	(14.003)	1.765	361	7.229
NTN-F	141.080	61.720	(18.006)	22.741	20.606	228.141
Fundos de Investimento – Abertos	9.251	9.471	(17.132)	713	–	2.303
Título de Capitalização	5	214	(196)	3	–	26
Total	**235.599**	**87.405**	**(98.670)**	**29.280**	**23.233**	**276.847**

continua …

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:58.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

… continuação das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

d) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas: Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2016	2015
Total das provisões técnicas	**409.669**	386.600
(-) Despesas de comercialização na modalidade extensão de garantia de seguro – garantia estendida conforme Artigo 6º da Circular SUSEP nº 461/13	**(228.851)**	(214.040)
(-) Depósitos judiciais	**(424)**	**–**
Total a ser coberto	**180.394**	172.560
Ativos dados em garantia das provisões técnicas		
Títulos de renda fixa – públicos	**196.769**	203.252
Suficiência – $	**16.375**	30.692
Suficiência – %	**8%**	18%

Circular SUSEP CNSP nº 343/16

	2016	2015
Capital Mínimo Requerido	**47.528**	44.607
20% CMR	**9.506**	8.921
Ativos Líquidos	**16.375**	30.692
Liquidez em relação CMR*	**6.869**	21.771

* Não há valor de superávit de fluxos de prêmios não registrados apurado no TAP.

e) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a Receber – a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo e por prazo de vencimento, brutos da redução ao valor recuperável:

	2016												
	A Vencer *						Vencidos						
Ramos	0 a 30 dias *	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Geral
0171 – Riscos Diversos	78	–	–	–	–	–	6	5	–	–	–	–	89
0195 – Extensão Garantia Patrimonial	7.325	18.788	4	–	–	–	593	621	3	1	1	1.425	28.761
0524 – Extensão Garantia Automóvel	198	508	252	178	77	1	81	54	4	1	1	3	1.358
1377 – Prestamista Individual	1.344	–	–	–	–	–	4	4	–	–	–	–	1.352
Total Geral	**8.945**	**19.296**	**256**	**178**	**77**	**1**	**684**	**684**	**7**	**2**	**2**	**1.428**	**31.560**

	2015												
	A Vencer *						Vencidos						
Ramos	0 a 30 dias *	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Geral
0171 – Riscos Diversos	6	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	31
0195 – Extensão Garantia Patrimonial	13.521	8.255	–	–	–	8.226	1.747	–	–	–	1.425	33.175
0524 – Extensão Garantia Automóvel	225	490	209	106	35	85	34	8	–	–	456	1.649
0977 – Prestamista	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2
1377 – Prestamista Individual	939	–	–	–	–	9	–	–	–	–	–	948
Total Geral	**14.691**	**8.770**	**209**	**106**	**35**	**8.320**	**1.781**	**8**	**–**	**–**	**1.883**	**35.803**

** A faixa de prêmios a vencer de 0 a 30 dias incluem os Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE, no total de R$ 702 (R$ 1.378 em dezembro de 2015).*

b) Movimentação dos prêmios a receber

	2016
Saldo em 31 de dezembro 2015	**34.814**
(+) Prêmios emitidos	253.236
(+) Prêmios de Riscos Vigentes Não Emitidos	(675)
(+) IOF	32.826
(-) Recebimento	(289.632)
Reversão de provisão para perda	(468)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**30.101**

c) Provisão para redução ao valor recuperável: A provisão para redução ao valor recuperável é constituída pelo valor dos prêmios a receber, inclusive pelas parcelas vincendas, dos estipulantes com parcelas vencidas há mais de 60 dias, deduzidas das comissões, dos impostos sobre operações financeiras – IOF e dos acordos em parcelamento, em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos prêmios a receber, de acordo com Circular SUSEP nº 517/15. O valor registrado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 1.582 (R$ 1.114 em 31 de dezembro de 2015). Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. A Seguradora recebe em média 98% dos seus prêmios a vista. A tabela a seguir apresenta a provisão para redução ao valor recuperável por ramo e vencimento dos créditos de seguros:

	2016				
Ramos	Entre 61 a 120 dias	Entre 121 a 180 dias	Entre 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Seguros					
0195 – Extensão garantia patrimonial	(4)	(1)	(1)	(1.426)	(1.432)
0524 – Extensão garantia automóvel	(23)	(1)	(1)	(2)	(27)
Total RVR – Operações com seguros	**(27)**	**(2)**	**(2)**	**(1.428)**	**(1.459)**
Cosseguro					
0993 – Vida em grupo	–	–	–	(123)	(123)
Total RVR – Operações com cosseguros	**–**	**–**	**–**	**(123)**	**(123)**
Total	**(27)**	**(2)**	**(2)**	**(1.551)**	**(1.582)**

	2015				
Ramos	Entre 61 a 120 dias	Entre 121 a 180 dias	Entre 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Seguros					
0195 – Extensão garantia patrimonial	(1)	–	(129)	(487)	(617)
0524 – Extensão garantia automóvel	(14)	(1)	(6)	(353)	(374)
Total RVR – Operações com seguros	**(15)**	**(1)**	**(135)**	**(840)**	**(991)**
Cosseguro					
0993 – Vida em grupo	–	–	–	(123)	(123)
Total RVR – Operações com cosseguros	**–**	**–**	**–**	**(123)**	**(123)**
Total	**(15)**	**(1)**	**(135)**	**(963)**	**(1.114)**

8. Créditos tributários e previdenciários

	2016	2015
Ativo circulante		
Imposto de renda a compensar	2.463	5.151
Crédito de imposto de renda sobre adições temporárias	1	–
Contribuição social a compensar	1.971	3.307
Crédito da contribuição social sobre adições temporárias	1	–
Total de créditos tributários e previdenciários	**4.436**	**8.458**
Ativo não circulante		
Crédito de imposto de renda sobre adições temporárias	5.709	8.131
Crédito de contribuição social sobre adições temporárias	4.568	6.372
Crédito tributário e previdenciário	10	2
Outros créditos tributários e previdenciários	26	–
Total créditos tributários e previdênciários – não circulante	**10.313**	**14.505**
Passivo não circulante		
Crédito de imposto de renda sobre adições temporárias	(2.277)	–
Crédito de contribuição social sobre adições temporárias	(1.822)	–
Total de passivos tributários e previdênciários – passivo não circulante	**(4.099)**	**–**

A composição dos impostos ativos e passivos diferidos durante o exercício está apresentada na tabela a seguir:

i – Base após a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%.

	2016	2015
Provisão para risco de crédito – seguros e cosseguros	863	1.114
Benefícios a empregados	853	631
Provisão de despesas	15.413	11.731
Provisão de ações cíveis de seguros	3.982	2.037
Provisão de ações cíveis administrativas	1.535	43
Ajuste do valor ao mercado – Títulos públicos	(8.920)	14.314
Base de IRPJ e CSLL diferidos	**13.726**	**29.870**

	2016	2015
Provisão de ações cíveis -Alíquota de 15%	**–**	**2.653**
Imposto de renda – 25%	3.433	8.131
Contribuição social – 15%	**–**	398
Contribuição social – 20%	2.747	5.974
Total de imposto diferido	**6.180**	**14.503**

A movimentação do ativo e passivo fiscal diferido líquido está descrita a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**14.503**
Receita reconhecida no resultado imposto de renda	1.110
Receita reconhecida no resultado contribuição social	1.020
IRPJ diferido Circular SUSEP nº 192/02	(5.808)
CSLL diferido Circular SUSEP nº 192/02	(4.645)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**6.180**

Os orçamentos de resultados futuros elaborados pela Administração da Seguradora incluem a realização dos créditos tributários de diferenças temporárias substancialmente, em período superior a doze meses, sendo o saldo alocado integralmente no ativo não circulante.

A expectativa de prazo para realização dos créditos diferidos estão descritas a seguir:

Composição do Diferido	1 ano	2 anos	3 anos	5 até 7 anos	Acima de 8 anos	Total	Diferido
Provisão para risco de crédito – seguros e cosseguros	–	863	–	–	–	**863**	**389**
Benefícios a empregados	–	–	–	–	853	**853**	**385**
Provisão de despesas	–	15.413	–	–	–	**15.413**	**6.936**
Provisão de ações cíveis de seguros	–	3.982	–	–	–	**3.982**	**1.792**
Provisão de ações cíveis administrativas	–	1.535	–	–	–	**1.535**	**691**
Ajuste do valor ao mercado – Títulos públicos	5	(392)	(271)	(3.125)	(5.137)	**(8.920)**	**(4.013)**
Base de IRPJ e CSLL diferidos	5	21.401	(271)	(3.125)	(4.284)	**13.726**	**6.180**

	Base	Diferido
Circulante	**5**	**2**
Não Circulante	**13.721**	**6.178**

Os impostos diferidos contabilizados no patrimônio líquido, referente a variação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, durante o período foram:

	2016	2015
IRPJ diferido Circular SUSEP nº 192/02	(5.808)	2.137
CSLL diferido Circular SUSEP nº 192/02	(4.645)	1.997
Total dos impostos diferidos	**(10.453)**	**4.134**

9. Imobilizado e intangível

As tabelas abaixo apresentam a conciliação da movimentação do ativo imobilizado e intangível por grupo:

	Imobilizado						
Descrição	Saldo residual 2015	Aquisições	Baixas	Despesa depreciação	Saldo residual 2016	Custo total 2016	Depreciação acumulada 2016
Móveis e utensílios	218	6	–	(35)	189	323	(134)
Veículos	333	–	(156)	(85)	92	351	(259)
Equipamentos	436	129	(3)	(250)	312	2.958	(2.646)
Outras imobilizações	16	–	(3)	(5)	8	38	(30)
Imobilizações em curso	105	–	(105)	–	–	–	–
Total	**1.108**	**135**	**(267)**	**(375)**	**601**	**3.670**	**(3.069)**

	Intangível						
Descrição	Saldo residual (reapresentado) * 2015	Aquisições	Baixas	Despesa amortização	Saldo residual 2016	Custo total 2016	Amortização acumulada 2016
Software	380	284	(46)	(173)	445	1.789	(1.344)
Intangível	3	–	–	–	3	3	–
Outros Intangíveis	107.324	3.095	(1.088)	(10.663)	98.668	117.450	(18.782)
Intangíveis em curso	–	306	(211)	–	95	95	–
Total	**107.707**	**3.685**	**(1.345)**	**(10.836)**	**99.211**	**119.337**	**(20.126)**

***** Em virtude do encerramento do contrato de exclusividade do canal de venda com um representante de seguros, sendo reclassificado para Títulos e créditos a receber (Nota 2.2).

10. Provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos – a) Detalhamento das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos por ramo – seguros e cosseguros:

	Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG		Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL		Provisão de Despesas Relacionadas – PDR		Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR		Custos de Aquisição Diferidos – DAC	
Danos	2016	2015	2016	2015 (reapresentado)	2016	2015	2016	2015	2016	2015
0195 – Extensão de garantia	**385.134**	358.607	**5.440**	6.073	**222**	243	**2.453**	2.463	**242.605**	228.890
0524 – Extensão de garantia automóvel	**11.191**	12.590	**199**	286	**6**	5	**49**	56	**4.703**	4.727
0171 – Riscos diversos	**354**	46	**28**	**–**	**–**	**–**	**12**	**–**	**208**	27
	396.679	371.243	**5.667**	6.359	228	248	**2.514**	2.519	**247.516**	233.644
Total curto prazo	**221.815**	216.850	**4.584**	6.359	**228**	248	**2.403**	2.519	**137.999**	135.662
Total longo prazo	**174.864**	154.393	**1.083**	**–**	**–**	**–**	**111**	**–**	**109.517**	97.982
Pessoas										
0977 – Prestamista	**99**	415	**86**	458	**2**	10	–	**–**	**43**	189
0982 – Acidentes pessoais – coletivo	–	**–**	**11**	350	–	11	–	158	–	**–**
0993 – Vida em grupo	–	**–**	**441**	863	**15**	25	–	139	–	**–**
1377 – Prestamista individal	**3.569**	3.231	**191**	144	**6**	9	**161**	418	**2.396**	2.155
	3.668	3.646	**729**	1.815	**23**	55	**161**	715	**2.439**	2.344
Total curto prazo	**3.386**	3.131	**151**	1.815	**23**	55	**147**	715	**2.258**	2.028
Total longo prazo	**282**	515	**578**	**–**	**–**	**–**	**14**	**–**	**181**	316
Total	**400.347**	374.889	**6.396**	8.174	**251**	303	**2.675**	3.234	**249.955**	235.988
Total curto prazo	**225.201**	219.981	**4.735**	8.174	**251**	303	**2.550**	3.234	**140.257**	137.690
Total longo prazo	**175.146**	154.908	**1.661**	**–**	**–**	**–**	**125**	**–**	**109.698**	98.298
Total	**400.347**	374.889	**6.396**	8.174	**251**	303	**2.675**	3.234	**249.955**	235.988

continua …

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:58.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

… continuação das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

b) Movimentação das provisões técnicas: As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos para o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2016.

	2016				
	Provisão para Prêmios Não Ganhos – PPNG	Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	Provisão de Despesa Relacionada – PDR	Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR	Custo de Aquisição Diferidos – DAC
Saldo do Início do Período	**374.889**	**8.174**	**303**	**3.234**	**235.988**
Constituição decorrentes de prêmios	252.561	–	–	–	156.013
Diferimento pelo risco ocorrido	(227.103)	–	–	–	(142.046)
Aviso de sinistro – Constituições e Reversões	–	44.470	1.083	(559)	–
Pagamento de sinistro/benefícios	–	(35.403)	(1.074)	–	–
Cancelamento	–	(10.845)	(61)	–	–
Saldo Final do Período	**400.347**	**6.396**	**251**	**2.675**	**249.955**

c) Custo de aquisição diferido: As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido.

11. Desenvolvimento de sinistros – As tabelas de desenvolvimento de sinistros têm a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, até a data base de 31 de dezembro de 2016. A Seguradora não tem operações de resseguro:

Tabela I – Desenvolvimento de sinistros administrativos

Ano de ocorrência: Incorridos + IBNR	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	37.792	41.570	44.821	36.453	30.433	34.170	225.239
Um ano mais tarde	41.229	44.595	48.035	38.697	32.270	–	204.826
Dois anos mais tarde	41.355	44.752	48.085	38.720	–	–	172.912
Três anos mais tarde	41.374	44.762	48.081	–	–	–	134.217
Quatro anos mais tarde	41.375	44.744	–	–	–	–	86.119
Cinco anos mais tarde	41.298	–	–	–	–	–	41.298
Posição em 31/12/2016	**41.298**	**44.744**	**48.081**	**38.720**	**32.270**	**34.170**	**239.283**
Ano de ocorrência: Pagos acumulados	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	(33.535)	(32.939)	(37.637)	(30.450)	(25.183)	(26.925)	(186.669)
Um ano mais tarde	(41.115)	(44.556)	(47.990)	(38.657)	(32.243)	–	(204.561)
Dois anos mais tarde	(41.253)	(44.721)	(48.063)	(38.718)	–	–	(172.755)
Três anos mais tarde	(41.284)	(44.732)	(48.080)	–	–	–	(134.096)
Quatro anos mais tarde	(41.286)	(44.740)		–	–	–	(86.026)
Cinco anos mais tarde	(41.293)	–	–	–	–	–	(41.293)
Posição em 31/12/2016	**(41.293)**	**(44.740)**	**(48.080)**	**(38.718)**	**(32.243)**	**(26.925)**	**(231.999)**
Provisão de Sinistros em 31/12/2016	**5**	**4**	**1**	**2**	**27**	**7.245**	**7.284**
Falta Acumulada	**(3.506)**	**(3.174)**	**(3.260)**	**(2.267)**	**(1.837)**	**–**	**–**
% Falta Acumulada	**-8,49%**	**-7,09%**	**-6,78%**	**-5,85%**	**-5,69%**	**–**	**–**

Tabela II – Desenvolvimento dos sinistros judiciais

Ano de ocorrência: Incorridos + IBNR	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	–	412	626	854	553	810	3.255
Um ano mais tarde	646	871	857	827	646	–	3.847
Dois anos mais tarde	910	1.150	799	760	–	–	3.619
Três anos mais tarde	1.050	1.200	777	–	–	–	3.027
Quatro anos mais tarde	1.567	778	–	–	–	–	2.345
Cinco anos mais tarde	858	–	–	–	–	–	858
Posição em 31/12/2016	**858**	**778**	**777**	**760**	**646**	**810**	**4.629**
Ano de ocorrência: Pagos acumulados	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	–	(298)	(160)	(166)	(162)	(234)	(1.020)
Um ano mais tarde	(213)	(563)	(399)	(441)	(367)	–	(1.983)
Dois anos mais tarde	(278)	(619)	(557)	(561)	–	–	(2.015)
Três anos mais tarde	(295)	(660)	(615)	–	–	–	(1.570)
Quatro anos mais tarde	(326)	(736)	–	–	–	–	(1.062)
Cinco anos mais tarde	(329)	–	–	–	–	–	(329)
Posição em 31/12/2016	**(329)**	**(736)**	**(615)**	**(561)**	**(367)**	**(234)**	**(2.842)**
Provisão de sinistros em 31/12/2016	**529**	**42**	**162**	**199**	**279**	**576**	**1.787**
Falta acumulada	**(858)**	**(366)**	**(151)**	**94**	**(93)**	**–**	**–**
% Falta acumulada	**-100,00%**	**-47,04%**	**-19,43%**	**12,37%**	**-14,40%**	**–**	**–**

Tabela III – Desenvolvimento dos sinistros administrativos e judiciais

Ano de ocorrência: Incorridos + IBNR	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	37.792	41.982	45.447	37.307	30.986	34.980	228.494
Um ano mais tarde	41.875	45.466	48.892	39.524	32.916	–	208.673
Dois anos mais tarde	42.265	45.902	48.884	39.480	–	–	176.531
Três anos mais tarde	42.424	45.962	48.858	–	–	–	137.244
Quatro anos mais tarde	42.942	45.522	–	–	–	–	88.464
Cinco anos mais tarde	42.156	–	–	–	–	–	42.156
Posição em 31/12/2016	**42.156**	**45.522**	**48.858**	**39.480**	**32.916**	**34.980**	**243.912**
Ano de ocorrência: Pagos acumulados	**Até 2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Até a data base	(33.535)	(33.237)	(37.797)	(30.616)	(25.345)	(27.159)	(187.689)
Um ano mais tarde	(41.328)	(45.119)	(48.389)	(39.098)	(32.610)	–	(206.544)
Dois anos mais tarde	(41.531)	(45.340)	(48.620)	(39.279)	–	–	(174.770)
Três anos mais tarde	(41.579)	(45.392)	(48.695)	–	–	–	(135.666)
Quatro anos mais tarde	(41.612)	(45.476)	–	–	–	–	(87.088)
Cinco anos mais tarde	(41.622)	–	–	–	–	–	(41.622)
Posição em 31/12/2016	**(41.622)**	**(45.476)**	**(48.695)**	**(39.279)**	**(32.610)**	**(27.159)**	**(234.841)**
Provisão de sinistros em 31/12/2016	**534**	**46**	**163**	**201**	**306**	**7.821**	**9.071**
Falta acumulada	(4.364)	(3.540)	(3.411)	(2.173)	(1.930)	–	–
% Falta acumulada	**-10,35%**	**-7,78%**	**-6,98%**	**-5,50%**	**-5,86%**	**–**	**–**
Estimativa de sinistros incorridos – 31/12/2016	42.156	45.522	48.858	39.480	32.916	34.980	243.912
Pagamentos efetuados – 31/12/2016	(41.622)	(45.476)	(48.695)	(39.279)	(32.610)	(27.159)	(234.841)
PSL no período de análise	534	46	163	201	306	7.821	9.071
PDR-PSL							**171**
PDR-IBNR							**80**
Provisão de sinistro							**9.322**

12. Impostos e contribuições – a) Alíquotas nominais e efetivas: Demonstramos abaixo a conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações	**9.076**	15.320
Juros sobre capital próprio	**(11.674)**	(12.613)
Base de cálculo antes das compensações	**(2.598)**	2.707
Alíquota nominal	**45%**	45%
Imposto nominal	**(1.169)**	1.218
Despesa/Receita efetiva de imposto de renda e contribuição social	**1.322**	(309)
% Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	**-50,89%**	-11,41%

b) Impostos e contribuições a recolher: A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora a recolher está a seguir:

	2016	2015
PIS e COFINS a pagar	**789**	915
Contribuições retidas na fonte	**42**	84
Total de impostos e contribuições	**831**	999

13. Provisões judiciais – O quadro dos processos em curso pela avaliação do advogado externo, quanto à probabilidade de perda, é assim sumariado:

	2016					2015				
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	% Provisionado	Cosseguro	Quantidade	Reclamado	Provisionado	% Provisionado	Cosseguro
Sinistros (a)										
Provável	608	1.472	1.472	100%	10	656	2.455	2.455	100%	21
Possível	25	283	142	50%	–	61	481	240	50%	65
Remoto	98	255	64	25%	22	112	957	239	25%	51
Total	**731**	**2.010**	**1.678**	83%	**32**	**829**	**3.893**	**2.934**	75%	**137**
Total Processos relativos a Sinistros	**731**	**2.010**	**1.678**	83%	**32**	**829**	**3.893**	**2.934**	75%	**137**
Fiscais (b)										
Provável	–	–	–	–	N/A	5	835	413	49%	N/A
Possível	1	1.271	1.271	100%	N/A	3	200	–	–	N/A
Remoto	–	–	–	–	N/A	1	9	–	–	N/A
Total	**1**	**1.271**	**1.271**	100%	**N/A**	**9**	**1.044**	**413**	40%	**N/A**
Cíveis (c)										
Provável	745	7.033	3.982	57%	N/A	953	10.090	4.198	42%	N/A
Possível	38	921	–	–	N/A	77	1.135	–	–	N/A
Remoto	242	3.263	–	–	N/A	190	2.269	–	–	N/A
Total	**1.025**	**11.217**	**3.982**	35%	**N/A**	**1.220**	**13.494**	**4.198**	31%	**N/A**
Trabalhistas (d)										
Provável	–	–	–	–	N/A	–	–	–	–	N/A
Possível	–	–	–	–	N/A	2	865	–	–	N/A
Remoto	4	728	–	–	N/A	5	861	–	–	N/A
Total	**4**	**728**	**–**	–	**N/A**	**7**	**1.726**	**–**	**–**	**N/A**
* Processos administrativos de pequenas causas	**111**	**603**	**264**	**–**	**N/A**	**146**	**903**	**122**	14%	N/A
Total de processos cíveis, fiscais, trabalhistas e administrativos	**1.141**	**13.819**	**5.517**	40%	**N/A**	**1.382**	**17.167**	**4.733**	28%	**N/A**
Total de Provisões judiciais	**1.872**	**15.829**	**7.195**	45%	**32**	**2.211**	**21.060**	**7.667**	36%	**137**

** Os processos administrativos de pequenas causas são discussões em Procon com consumidores, ainda não está efetivado a designação para processo de danos cíveis ou materiais.*

a) Contingências relacionadas a sinistros: A Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial registrados na conta "Sinistros à Liquidar" no montante de R$ 1.678 (R$ 2.934 em 31 de dezembro de 2015), que são registrados pelo valor da importância segurada, líquidas de cosseguros. b) Contingências fiscais: As contingências fiscais são provisionadas considerando o estágio atual do processo, e são classificadas no passivo a longo prazo. Em fevereiro de 2016, a Seguradora ingressou com uma medida judicial requerindo a exclusão das receitas financeiras relativa aos investimentos da base de cálculo de PIS e COFINS. Estes valores estão sendo depositados judicialmente todos os meses. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação, e a Administração, com base na opinião de seus advogados, classifica a probabilidade de cada processo. c) Contingências cíveis: As contigências cíveis são provisionadas na rubrica de "provisões judiciais" considerando o estágio atual do processo. A Seguradora possui provisão para os processos cíveis operacionais no valor de R$ 3.982 (R$ 4.198 em 31 de dezembro de 2015). Essas contingências envolvem processos administrativos relativos à SUSEP. d) Contingências trabalhistas: As contigências trabalhistas referem-se as ações movidas por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que entendem a serem devidos. Os processos são classificados e provisionados de acordo com a avaliação dos advogados. e) Movimentação das contingências: Abaixo apresentamos a movimentação das provisões judiciais:

	Fiscais	Sinistros	Cíveis
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	413	2.934	4.198
(-) Total pago no período	286	1.361	836
Quantidade de ações pagas no período	2	437	1.309
(+) Novas constituições no período	1.271	1.003	1.610
Quantidade de ações referentes as novas constituições no período	1	709	737
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	**–**	(778)	(1.428)
(+/-) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(127)	–	438
(-) Cosseguro Cedido	**–**	120	–
(=) Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.271**	**1.678**	**3.982**
Depósitos judiciais	**1.143**	**424**	**2.806**

14. Obrigações a pagar – Detalhamos abaixo a composição das obrigações a pagar na Seguradora em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Até um ano	**2016**	2015
Despesas comerciais	**6.618**	5.516
Fornecedores	**656**	5.268
Participação nos lucros partes beneficiárias	**1.447**	1.035
Provisões administrativas	**527**	1.085
Provisão de serviços – Matriz	**6.334**	3.865
Outras obrigações a pagar	**786**	436
Total de obrigações a pagar curto prazo	**16.368**	17.205
1 – 5 anos	**2016**	**2015**
Exclusividade no Canal de vendas à pagar	**2.500**	**–**
Benefício pós emprego	**289**	67
Total de obrigações a pagar longo prazo	**2.789**	67

15. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 127.389 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 116.668 em 31 de dezembro de 2015) representado por 2.279.022 ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2015 os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R$ 10.721 com a destinação dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), emitindo 108.267 novas ações ordinárias. Abaixo demonstrativo do cálculo do JCP de 2015:

Patrimônio base	223.187
JCP antes da retenção de imposto	12.613
Imposto de Renda – 15%	(1.892)
JCP líquido de IR	**10.721**

Em 29 de março de 2016, o aumento de capital foi aprovado através da Portaria SUSEP nº1.328. Em 07 de dezembro de 2016, foi aprovado o pagamento aos acionistas, no montante total de R$ 9.922. Abaixo demonstrativo do cálculo do JCP de 2016:

Patrimônio base	236.305
JCP antes da retenção de imposto	11.674
Imposto de Renda – 15%	(1.752)
JCP líquido de IR	**9.922**

b) Reserva de lucros: Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembléia Geral. Em 31 de dezembro de 2016 a Seguradora possui saldo de reserva de lucros no montante de R$ 107.641, sendo reserva legal R$ 5.966 e reserva estatutária R$ 101.675, não possuindo alterações relativas ao período anterior. A Seguradora constitui sua reserva legal baseada no que determina a lei da sociedade anônima (5% legal). E o valor restante é constituído como reserva estatutária conforme estatuto da empresa. c) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição. d) Lucro por ação: O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	2016	2015
Numerador:		
Resultado líquido do período	**10.398**	15.011
Denominador:		
Média ponderada de ações ordinárias do período	**2.279.022**	2.279.022
Lucro básico e diluído por ação (expresso em R$)	**4,56**	6,59

e) Patrimônio líquido ajustado e Margem de Solvência

	2016	2015
Ajustes Contábeis		
Patrimônio líquido	**239.937**	228.433
(-) Despesas antecipadas	**(7.514)**	(111)
(-) Intangíveis	**(99.211)**	(107.707)
(+) 50% dos Intangíveis referente a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	**7.129**	–
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (a)	**140.341**	**120.615**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
a – PPNG constituída	400.347	–
b – CAD da PPNG deduzido da PPNG na apuração TAP (artigo 52 Circular nº 517/15)	(249.955)	–
c – Projeção dos fluxos realistas sinistros e despesas a ocorrer da PPNG, conforme TAP	(127.083)	–
d – Parcela PPNG = a – b – c	**23.309**	**–**
e – CMR desconsiderando o valor do Risco de Mercado	**45.806**	**–**
	2016	**2015**

continua …

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:58.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

… continuação das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

f – Limite = CMR – (e)	**1.722**	–
(2) Total ajustes econômicos: menor entre (55% do item d X item f)	**1.722**	**–**
PLA (total) = PLA (a) + ajustes associados a variação dos valores econômicos (b)	**142.063**	120.615
Capital Base – (CNSP 282/13) (c)	**15.000**	15.000
Capital Adicional de Subscrição – CAS (1)	**39.322**	37.947
Capital Risco de Crédito – CRCS (2)	**8.425**	8.791

	2016	2015
Capital Risco de Mercado	**5.311**	–
Benefícios da correlação de risco	**(7.194)**	(3.716)
Capital Risco Operacional	**1.664**	1.585
Capital de Risco (d)	**47.528**	44.607
Patrimônio Líquido Ajustado	**142.063**	120.615
(-) Exigência de Capital – EC Maior entre (c) ou (d)	**47.528**	44.607
Suficiência de Capital	**94.535**	76.008
Suficiência de Capital (% da EC)	**198,91%**	170,39%

16. Ramos de atuação – Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	2016	2015	**2016**	2015	**2016**	2015
Danos						
95 – Extensão de garantia – patrimonial	**213.682**	224.873	**15,65%**	14,39%	**63,29%**	61,78%
24 – Extensão de garantia – automóvel	**6.078**	9.405	**11,08%**	8,79%	**31,72%**	36,02%
42 – Assistência e outras coberturas	**–**	2	**0,00%**	(0,56%)	**0,00%**	0,01%
71 – Riscos diversos	**293**	40	**31,71%**	(7,33%)	**58,67%**	7,06%
	220.053	234.320	**15,55%**	14,16%	**62,42%**	60,73%
Pessoas						
77 – Prestamista	**317**	1.518	**(101,91%)**	(2,06%)	**45,76%**	55,47%
77 – Prestamista – individual	**6.733**	4.871	**2,72%**	14,97%	**67,64%**	67,58%
	7.050	6.389	**(7,56%)**	23,44%	**66,65%**	64,70%
Total	**227.103**	240.709	**14,83%**	14,40%	**62,55%**	60,84%

17. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a) Prêmios emitidos	**2016**	2015
Prêmios emitidos	258.340	238.023
Prêmios cancelados	(142)	(157)
Prêmios restituídos	(4.962)	(5.686)
Prêmios – Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	(675)	(2.322)
Total – Prêmios emitidos	**252.561**	229.858
b) Variação das provisões técnicas de prêmios		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	(25.744)	9.946
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG – RVNE)	286	905
Total – Variação das provisões técnicas de prêmios	**(25.458)**	10.851
c) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(33.559)	(33.862)
Despesas com sinistros	(1.013)	(1.097)
Recuperação de sinistros	(66)	46
Recuperação de despesas com congêneres	68	–
Recuperação de salvados	3	–
Recuperação de ressarcimentos	338	279
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	559	(10)
Variação de despesas relacionadas	(9)	(27)
Total – Sinistros ocorridos	**(33.679)**	(34.671)
d) Custos de aquisição		
Comissões	(156.013)	(144.903)
Variação das despesas de comercialização diferidas	13.967	(1.542)
Total – Custos de aquisição	**(142.046)**	(146.445)
e) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	**56**	26
Outras receitas com operações de seguros	56	26
Outras despesas operacionais	**(20.296)**	(22.409)
Despesas com cobranças	(135)	(131)
Administração de apólices e/ou contratos	(19.300)	(21.360)
Provisão sobre riscos de créditos	(116)	–
Despesas cíveis	(745)	(918)
Total de outras receitas e despesas operacionais	**(20.240)**	(22.383)
f) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(20.521)	(13.296)
Serviços de terceiros	(12.320)	(16.463)
Localização e funcionamento	(3.983)	(3.890)
Publicidade e propaganda	(51)	(39)
Publicações	(216)	(164)
Donativos e contribuições	(44)	(48)
Outras despesas administrativas	(3.569)	(1.643)
Total de despesas administrativas	**(40.704)**	(35.543)

g) Despesas com tributos	**2016**	2015
COFINS	(8.908)	(9.499)
PIS	(1.448)	(1.544)
Taxa de fiscalização	(1.656)	(1.311)
Impostos municipais	(25)	(23)
Outros	(111)	(113)
Total de despesas com tributos	**(12.148)**	(12.490)
h) Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**31.867**	31.999
Fundos de investimentos	713	1.018
Receitas com títulos de renda fixa públicos	28.844	28.953
Receitas oriundas de títulos de capitalização	3	–
Outras receitas financeiras	2.307	2.028
Despesas financeiras	**(539)**	(5.520)
Impostos sobre operações financeiras	(5)	(28)
Despesas com títulos de renda fixa públicos	(280)	–
Outras despesas financeiras	(254)	(5.492)
Total do resultado financeiro	**31.328**	26.479

18. Imposto de renda e contribuição social	**2016**		2015	
	IRPJ	**CSLL**	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes dos impostos	**9.677**	**9.677**	15.732	15.732
Juros sobre capital próprio	**(11.674)**	**(11.674)**	(12.613)	(12.613)
(-) Participações sobre o resultado	**(601)**	**(601)**	(412)	(412)
Lucro ajustado	**(2.598)**	**(2.598)**	2.707	2.707
(+) Adições	22.785	22.785	18.250	18.250
(-) Exclusões	(18.209)	(18.209)	(20.842)	(20.842)
Lucro Real	1.978	1.978	115	115
Compensação de prejuízo fiscal	**(105)**	**(105)**	**–**	–
(=) Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**1.873**	**1.873**	115	115
Aliquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	**(444)**	**–**	(18)	–
Incentivos fiscais (PAT) (a)	**10**	**–**	1	–
Alíquota de 15% (2015) 20% (2016) CSLL	–	**(374)**	**–**	(17)
(=) Subtotal do imposto de renda e contribuição social	**(434)**	**(374)**	(17)	(17)
(-) Constituição/(Reversão) do imposto diferido	**1.110**	**1.020**	(658)	383
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**676**	**646**	(675)	366

(a) A Seguradora possui incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido referente ao PAT(Programa de Alimentação do Trabalhador) estabelecido pela Lei nº 6.321 de 14 de abril de 1976.

19. Plano de aposentadoria complementar – A Seguradora proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus diretores e funcionários que é administrado pela Itaú Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R$ 276 (R$ 25 em 31 de dezembro de 2015).

20. Partes relacionadas e remuneração da Administração – A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do Grupo: "TWG Warranty Serviços do Brasil Ltda." e "The Warranty Group, Inc.", além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento técnico CPC 05. a) Os saldos a pagar e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo	
	2016	**2015**
Serviços a pagar – TWG Warranty Serviços do Brasil	**484**	1.070
Provisão de serviços – TWG Warranty Group Inc.	**6.334**	3.865
Total	**6.818**	4.935

	Despesas	
	2016	**2015**
Despesas administrativas – TWG Warranty Serviços do Brasil Ltda.		
Outras despesas serviços terceiros	**9.369**	13.794
Despesas de comunicação	**–**	(99)
Despesas com locomoção	**–**	(60)
Total – TWG Warranty Serviços do Brasil Ltda.	**9.369**	13.634
Despesas administrativas e desenvolvimento – TWG Warranty Group Inc.		
Despesas de desenvolvimento e suporte informática	**3.095**	1.100
Despesas administrativas	**250**	305
Oscilação cambial	**(872)**	3.916
Total -TWG Warranty Group Inc.	**2.473**	5.321
Total de despesas partes relacionadas	**11.842**	18.955

b) Remuneração do pessoal chave da Administração: É estabelecido anualmente, por meio da Assembléia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuído em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social da Seguradora. A remuneração a pagar em 31 de dezembro de 2016 totalizou R$ 3.112 (R$ 2.709 em 31 de dezembro de 2015). c) Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

21. Participações nos lucros – A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Seguradora, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Securitários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2016, o impacto no resultado decorrente da provisão para participação nos resultados da Seguradora totalizou R$ 601 (R$ 412 em dezembro de 2015). A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00.

22. Eventos subsequentes – Entre 31 de dezembro de 2016 e a data destas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos subsequentes: a) Circular SUSEP nº 543/16: A SUSEP publicou em 22 de dezembro de 2016 a Circular SUSEP nº 543 que altera a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015. A Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017. b) Circular SUSEP nº 544/16: A SUSEP publicou em 27 de dezembro de 2016 a Circular SUSEP nº 544, que dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. A Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017. c) Circular SUSEP nº 545/17: A SUSEP publicou em 27 de janeiro de 2017 a Circular SUSEP nº 545, que estabelece critérios adicionais para oferta preferencial de riscos aos resseguradores locais, atendimento ao disposto no caput do artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007. A Circular entra em vigor em 27 de janeiro de 2017.

Membros da Diretoria

Welson Bolognesi ***Alexandre Tersano*** ***Mateus Camargo Junior*** ***Carlos Edmundo Heyn*** ***Antonio Saturnino Martinez Espinoza***

Contador Responsável

Rodrigo da Silva Oliveira *– CRC 1SP 262.494/O-9*

Atuário Responsável

Ricardo César Pessoa *– Atuário MIBA 1076*

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil
São Paulo-SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe, em seus aspectos mais relevantes, correspondência razoável dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ricardo Pacheco – MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais S.S. – CNPJ 03.801.998/0001-11 – CIBA 57
São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ajustes e reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, as informações correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2.2, e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

continua …

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:58.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

CNPJ/MF nº 03.505.295/0001-46

... continuação das Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador
CRC 1SP 184.050/O-6

Quest Participações S/A

CNPJ/MF nº 07.569.956/0001-58

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Ativo Circulante	**2.387**	**1.180**	**Passivo Circulante**	**3.816**	**5.842**
Disponibilidades	**10**	**27**	**Instrumentos Financeiros Derivativos**	**–**	**471**
Caixa e Bancos	10	27	Instrumentos Financeiros Derivativos	–	471
			Outras Obrigações	**3.816**	**5.371**
Títulos e Valores Mobiliários	**76**	**318**	Impostos e Contribuições Sobre Salários	1	1
Cotas de Fundos de Investimentos	76	318	Diversos	3.815	5.370
Outros Créditos	**2.301**	**835**	**Patrimônio Líquido**	**4.811**	**2.449**
Diversos	2.301	835	Capital:	340	340
			De Domiciliados no País	340	309
Ativo não Circulante	**6.240**	**7.111**	De Domiciliados no Exterior	–	31
Investimentos	**6.240**	**7.111**	Reservas de Capital	(1.439)	–
Participação Coligadas/Controladas: No País	6.240	7.111	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(49)	–
			Reservas de Lucros	11.009	8.312
			(Ações em Tesouraria)	(5.050)	(6.203)
Total do Ativo	**8.627**	**8.291**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**8.627**	**8.291**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ações em Tesouraria	31/12/14	Total 31/12/13
Saldos no início do período	340	–	–	8.312	–	(6.203)	2.449	2.323
Mutações do Período	**–**	(1.439)	(49)	2.697	–	1.153	2.362	126
Reversão de reservas	–	–	–	(6.811)	6.811	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(49)	–	–	–	(49)	–
Distribuição de lucros/dividendos	–	–	–	–	(6.811)	–	(6.811)	(5.697)
Venda de ações próprias	–	(1.439)	–	–	–	–	(1.439)	–
Aquisições de ações próprias	–	–	–	–	–	1.153	1.153	(3.221)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	9.508	–	9.508	9.044
Destinações:	–	–	–	9.508	(9.508)	–	–	–
Reservas legal	–	–	–	9.508	(9.508)	–	–	–
Saldos no Final do período	**340**	**(1.439)**	**(49)**	**11.009**	**–**	**(5.050)**	**4.811**	**2.449**

Demonstração do Resultado do exercício (lei 11.638)

	2014	2013
Despesas/Receitas Operacionais	9.498	9.034
Despesas Gerais e Administrativas	(61)	(68)
Despesas com pessoal	(6)	(7)
Outras despesas administrativas	(55)	(61)
Outras Receitas Operacionais	235	65
Outras Despesas Operacionais	(324)	(137)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.648	9.174
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**9.498**	**9.034**
Resultado Financeiro	10	10
Receitas Financeiras	10	10
Rendas de títulos e valores mobiliários	10	10
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**9.508**	**9.044**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**9.508**	**9.044**
Lucro/Prejuízo do Período	**9.508**	**9.044**
Nº de Ações	62.991	62.991
Lucro (prejuízo) por ação:	150,944	143,584

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2014	2013
Atividades Operacionais	**(140)**	**(129)**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.508	9.044
Resultado Equivalência Patrimonial	(9.648)	(9.173)
Variação de Ativos e Obrigações	**(3.250)**	**4.260**
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	242	(203)
(Aumento) Diminuição de outros Créditos	(1.466)	570
Aumento (Diminuição) de Instrumentos Derivativos	(471)	1
Aumento (Diminuição) de outras Obrigações	(1.555)	3.892
Caixa Líquido (Aplicado) Consumido nas Atividades Operacionais	(3.390)	4.131
Atividades De Investimento	**10.519**	**4.811**
Alienação de:	470	1
Investimentos	470	–
Imobilizado de uso	–	1
(Inversões) em:	(158)	(2)
Investimentos	(158)	(2)
Dividendos/Lucros Recebidos de Coligadas Controladas	10.207	4.812
Caixa Líquido Originado (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**10.519**	**4.811**
Atividades de Financiamento	**(7.146)**	**(8.918)**
Venda de Ações Próprias	(1.439)	–
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(49)	–
(Aquisições)/Alienação de Ações Próprias	1.153	(3.221)
Pagamento de Dividendos	(6.811)	(5.697)
Pagamento de Juros de Capital		
Caixa Líquido Originado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(7.146)**	**(8.918)**
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(17)**	**24**
Modificações na Posição Financeira		
Caixa e Equivalentes de Caixa:		
No Início do Exercício	27	3
No Fim do Exercício	10	27
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(17)**	**24**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A empresa Quest Participações S/A foi constituída em 01/07/2005, com o objetivo de participar no capital de outras sociedades como acionista ou quotista. Evento subsequente: Em 05/05/2015 foi deliberada a alteração da denominação social de Quest Participações S/A para AZ Quest Participações S/A. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras –** 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O exercício social da Empresa inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB. **2.2. Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Estas demonstrações financeiras do exercício foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31/01/2015. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** – As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Moeda funcional: As demonstrações financeiras são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e não estão sujeitas a risco de mudança de valor. c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros: De acordo com o estabelecido pelo CPC 38, 39 e 40 os instrumentos financeiros integrantes da carteira devem ser classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração: • Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo; • Mantidos até o vencimento; • Empréstimos e recebíveis; e • Disponível para venda. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (disponíveis para negociação) são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Empresa tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. d) Investimentos: A participação societária permanente em controlada está registrada pelo método da equivalência patrimonial. e)Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. f) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. g) Impostos de renda e contribuição social: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%. h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. i) Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. j) Uso de estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4. Novas normas internacionais de contabilidade e normas revisadas –** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data dessas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente: Pronunciamentos: IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2) IFRS 15 – Receitas com Clientes (2) Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (1) Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Iniciativa de Divulgação (1) Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (1) Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29 – Agricultura: Plantas Portadoras (1) Modificações à IFRS 10 /CPC 36 e IAS 28/CPC 18 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e e sua Coligada ou Join Venture (1) Modificações à IFRS 10/CPC 36 e IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 – Entidade de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (1) Modificações às IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRSs Ciclo 2012-2014 (1) (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1/1/2016, com adoção antecipada permitida. (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1/1/2018, com adoção antecipada per. **5.Gerenciamento de riscos** – O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Empresa. **A.** Risco Operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional. **B.** Risco de Mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações e do prazo. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras. **C.** Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultados de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação. **D.** Riscos diversos: A Empresa também está sujeita a outros riscos advindos de motivos alheios ou externos como crises financeiras, guerras, novas regulamentações ou alterações nas regulamentações existentes, mudanças políticas, sociais ou econômicas, decisões judiciais, dentre outros fatores que possam gerar risco. **6. Caixa e equivalentes de caixa –** O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2014 e 2013 é representado por:

	2014	2013
Depósitos Bancários	10	27
Total	**10**	**27**

7. Títulos e valores mobiliários – A Empresa investe seus recursos em fundos de investimentos nacionais. Em 31/12/2014 e de 2013 os títulos e valores mobiliários foram classificados como mantidos para negociação, sendo compostos da seguinte forma:

Tipo de Papel	2014	2013
Cotas de fundos e investimento		
Quest Yield FIQRF LP	76	318
Total mantidos para negociação	**76**	**318**

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas a mercado com base, no valor da última cota divulgada pelo Administrador dos respectivos Fundos. A custódia das cotas e respectivos pápeis dos fundos de investimentos são mantidos diretamente pelo administrador.

8. Outros créditos – diversos

	2014	2013
Devedores por compra de valores e bens (a)	141	762
Impostos e contribuições a compensar	82	73
Valores a receber de pessoas ligadas (b)	2.078	–
Total	**2.301**	**835**

a) Refere-se a valores a receber referente venda de ações da Sociedade, registrada na conta "Ações em Tesouraria". b) Referia-se a valores a receber referente contrato de mútuo com acionista. **9. Investimentos** – Está representado por participação na controlada Quest Investimentos Ltda, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes: **Quest Investimentos Ltda.**

	2014	2013
Capital social	53	53
Patrimônio líquido	7.343	7.112
Quantidade de cotas	53.000	53.000
Participação (%)	84,97%	99,97%
Saldo anterior dos investimentos	**7.111**	**2.749**
Venda de participação	(312)	–
Rendas/ (despesas) de participação em controladas	9.648	9.174
Dividendos	(10.207)	(4.812)
Valor do Investimento	**6.240**	**7.111**

10. Outras obrigações – diversos

	2014	2013
Credores diversos – País (a)	3.815	5.370
Total	**3.815**	**5.370**

a) Refere-se a valores a pagar referente compra de ações da Sociedade, registrada na conta "Ações em Tesouraria".

11. Imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Lucro/ (Prejuízo) antes da tributação sobre o lucro	9.508	9.044
Adições/(Exclusões) resultado de equivalência patrimonial	(9.648)	(9.174)
Adições/(Exclusões) de despesas não dedutíveis	–	–
Base de cálculo	(140)	(130)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	–	–
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	(140)	(130)
Despesa de IRPJ 15% + adicional de IR 10%	–	–
Despesa de CSLL 9%	–	–
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**–**

No exercício encerrado em 31/12/2014 existiam créditos tributários referentes a prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R$ 1.496 (R$ 1.356 em 2013). **12. Patrimônio líquido** – O capital social de R$ 340 é representado por 62.991 ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País. No exercício encerrado em 31/12/2014, estão registradas na conta "Ações em Tesouraria" o montante de R$ 5.050 (R$ 6.203 em 2013), conforme instrumento particular de venda e compra de ações. Do lucro líquido apurado em cada Balanço, serão destinados 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; 25% para dividendos aos acionistas; e o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria. No exercício de 2014, foram distribuídos lucros no montante de R$ 6.811 (R$ 5.697 em 2013).

Walter Maciel Neto – Diretor
Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017 às 01:53:58.